

Exportar, sem esquecer o resto

Marcílio Marques Moreira e Celso Furtado estão mais próximos do que parecem à primeira vista. Uma coisa os une: a competência. Um é o planejador privado, outro o planejador público, os dois confiantes na razão econômica, na sensatez política, cada qual a seu modo. Vamireh Chacon encontrou-os em Teresópolis, numa reunião promovida pela Fundação Ebert do Partido Social-Democrata alemão, aproveitando a ocasião para entrevistá-los, com exclusividade para o Correio Braziliense, formulando para os dois as mesmas perguntas. Hoje publicamos a primeira delas, com Marcílio, vice-presidente do Grupo Unibanco, nascido em Viena, mas criado no Brasil. Marcílio dedicou-se inicialmente à carreira diplomática, até que o ministro Santhiago Dantas descobriu-o como assessor. Após breve passagem pelo setor público, Marcílio seguiu logo para o setor privado. É autor de vários livros, viaja muito, vem com frequência a Brasília, inclusive para conferências e debates. As duas entrevistas, mais a do economista Inácio Rangel — o “professor Rangel”, como o chama Maria da Conceição Tavares, um dos mais antigos quadros do pensamento reformista da economia nacional, ex-assessor de Getúlio e JK —, compõem a série que publicamos a partir de hoje, “O Que Fazer com a Economia?” (a entrevista de Rangel foi concedida a Luiz César Faro). São contribuições para o debate dos problemas econômicos nacionais, num momento de transição. Aqui, a entrevista de Marcílio. Amanhã e depois, as de Furtado e Rangel.

CB - Ainda há muitas possibilidades do Brasil continuar aumentando suas exportações para os países desenvolvidos?

Marcílio - Eu acredito que sim. Embora o nosso esforço de exportação nos últimos dez anos tenha sido considerável e tenha tido êxitos muito positivos, ainda existem muitas brechas a explorar. De fato nós não temos e não tínhamos, sobretudo, uma tradição exportadora. Agora é que estamos realmente começando a adquirir esta mentalidade, esta disposição e inventividade mesmo, que nos permitem exportar produtos novos, de maneira nova e através de mecanismos de financiamento ou mecanismos de comercialização diferentes. Com isso estamos atingindo novos setores dos países desenvolvidos, novas áreas ainda inexploradas, novas maneiras de agir. É claro que as dificuldades são grandes. O protecionismo é, certamente, a principal dessas dificuldades. Mas com engenho e arte, acredito que nós consigamos superar essas dificuldades do protecionismo. Dificuldades que também temos encontrado em termos de taxa de câmbio, sobretudo no momento em que o dólar, a que o cruzeiro está referido, tem se valorizado muito em relação às outras moedas, sobretudo o ien e outras moedas japonesas. O que diminuiu ou dificulta muito a nossa capacidade de competição naqueles mercados.

CB - Até que ponto o aumento dessas exportações significa uma saída para as dificuldades econômicas internas do Brasil?

Marcílio - Acredito que o aumento das exportações é um dos caminhos que temos que trilhar para podermos superar os nossos problemas econômicos internos. Isto por várias razões. Primeiro ele permite um aumento de escala de nossa produção, o que facilita a queda dos seus preços unitários. Em segundo, esses mercados externos nos proporcionam as divisas necessárias não só ao pagamento do serviço de nossa dívida, como também para aquisição de equipamentos ou tecnologia que ainda não produzimos ou a que ainda não temos acesso dentro do país. De modo que eu acho que as exportações não são certamente uma condição suficiente, não são a saída para o nosso problema,

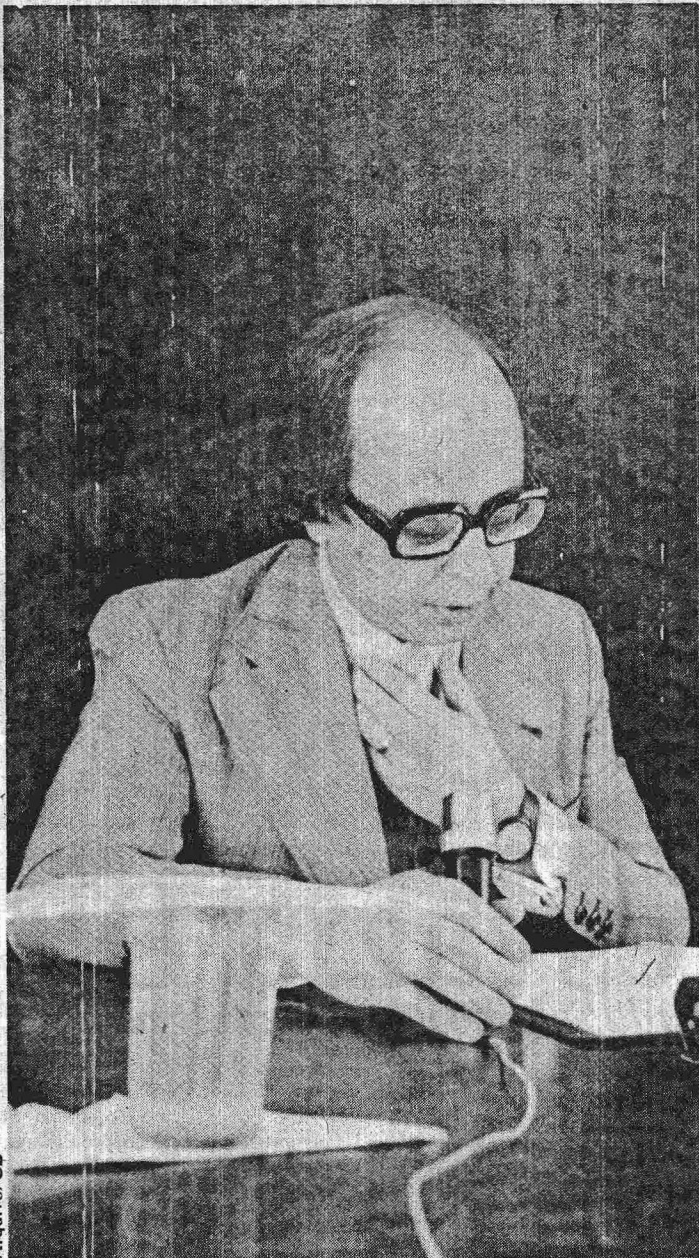
mas são certamente uma das saídas que temos que explorar ao máximo para potencializar o nosso parque industrial e nossa agricultura, mesmo a capacidade que, ultimamente, adquirimos, em termos de serviços, que é uma área que se tem expandido bastante no exterior. Mas evidentemente não é a solução total, porque esta implica realmente num redirecionamento muito mais amplo, mais abrangente no escopo e no tempo de prioridades, de métodos e de uma mentalidade nova em relação ao crescimento e em relação aos problemas que acarretam, sobretudo à chamada questão social.

CB - Nesta mesma linha, até que ponto a política de exportações vem significando, ou não, o adiamento de providências urgentes no mercado interno brasileiro? Por exemplo, exportações para adiar uma melhor reforma fiscal ou uma maior distribuição da renda.

Marcílio - Eu acho que os pro-

O protecionismo é a principal das muitas dificuldades que o país está enfrentando, para manter a elevação de suas exportações

blemas da exportação e aqueles referentes à reforma fiscal e à reforma da estrutura social, da distribuição de renda são problemas que, embora em alguns aspectos tenham evidentemente interligação, como o dos incentivos fiscais que têm sido utilizados como incentivo à exportação, eles são problemas que merecem, cada um deles, uma prioridade, seja uma prioridade econômica, social ou política, que merecem um tratamento próprio dentro de uma estratégia mais ampla, uma estratégia realmente de médio prazo. É o que tem faltado ao Brasil. Há insuficiência de uma visão um pouco mais a longo prazo e bastante mais abrangente para os nossos problemas. Não acredito que a exportação, o esforço exportador consiga adiar ou deva adiar a solução dos outros problemas. Eu



Arquivo/CB

Marcílio: dívida bem administrada

acredito que nós temos, pelas razões que procurei expor na resposta à primeira das perguntas, um esforço exportador, porque nós temos nossa dívida externa, cujo serviço tem que ser atendido. Nós temos que importar tecnologias modernas, nós temos que importar bens que ainda não produzimos internamente, quer por não contarmos com condições naturais, quer por ainda não termos chegado ao estágio tecnológico adequado. Entretanto, a reforma fiscal e a distribuição de renda, estas também muito interligadas, merecem uma prioridade própria. Eu acho inclusive que são dois assuntos que precisam de uma solução urgente. Porque o nosso sistema fiscal, é basicamente ainda de 1958, com o ICM sobreposto a ele e depois uma série de impostos diretos ou indiretos. O PIS, o FGTS, o Finsocial. Eu acho que estamos num momento em que é necessário uma abordagem muito mais orgânica para esse problema. Senão nós corremos o risco de realmente ter um sistema fiscal que é um não sistema, isto é, uma mera agregação de medidas fiscais sem uma linha condutora. Um país moderno como o Brasil não tem, praticamente, uma política de tributação, que é um dos instrumentos mais utilizados para redirecionar fluxos e estoques de riquezas, que pode ter muitos outros efeitos colaterais extremamente positivos. Por exemplo, em termos de apoio à arte, apoio à cultura, à educação.

Todo o problema da distribui-

ção de renda, da taxa dos ganhos do trabalho, dos ganhos de capital, problema também da própria carga fiscal direta ou indireta. O privilegiamento dos investimentos de capital versus a absorção de mão-de-obra. São todos problemas que uma reforma fiscal mais abrangente poderia atacar. Evidentemente ela terá que ser feita com muito cuidado, com muita prudência, e visando a vários objetivos, como por exemplo no de incentivar os investimentos, o de ser muito mais um imposto sobre gastos do que um imposto sobre renda. De procurar, sendo o mais possível um imposto direto, ser progressivo. E, por esse caminho, me parece que a reforma tributária é um dos passos importantes para chegarmos, realmente, a uma política de distribuição de renda, de distribuição da riqueza, muito mais positiva, muito mais eficiente. Que realmente consiga erradicar não só os bolsões de pobreza interna, que são uma chaga na consciência nacional, mas também diminuir os enormes diferenciais que existem entre rendimentos na área urbana, na área rural, os rendimentos mesmo do trabalho, ou os rendimentos entre as várias e diferentes regiões do país. Os diferenciais que existem no Brasil, com a possível exceção de um ou de outro país, talvez o México, pelos dados que tenho são dos mais aberrantes do mundo. Parece-me que para um país moderno, um país que queira se desenvolver, é algo extremamente contrastador. Eu tenho a convicção que, embora is-

so tenha sido às vezes defendido, dizendo que primeiro é preciso fazer o bolo para depois distribuí-lo, demorar demais na distribuição do bolo acaba fazendo o bolo crescer menos. Isto é, a deseconomia da má distribuição de renda já está afetando o próprio desenvolvimento. Eu acho que hoje em dia já é mais barato erradicar a pobreza do que viver com ela.

CB - Qual a tendência de comportamento do sistema bancário mundial diante da dívida externa brasileira? Os juros tendem a estabilizar-se, os prazos a dilatar-se?

Marcílio - A tendência do sistema bancário em relação ao endividamento externo brasileiro, embora seja reconhecido que se trata de um volume grande de endividamento, é de tranquilidade. Embora, evidentemente, uma tranquilidade que sempre inclui uma parcela de cautela ou de preocupação. Isso pela própria diminuição, hoje em dia talvez não seja a maior dívida externa, temos a situação do México. Mas seguramente será a segunda do mundo. Mas certamente não é uma atitude negativa nem uma pressão exagerada, pois da mesma maneira que os banqueiros conhecem nossa dívida externa, o lado passivo do nosso balanço econômico, eles conhecem os ativos. Eles conhecem o potencial do país em recursos humanos, em recursos naturais, eles conhecem nosso esforço de exportação, os êxitos que temos tido apesar das dificuldades que temos encontrado, nesses primeiros meses de 82. Eles vêem que há um horizonte mais largo. E tomando um período mais longo, e portanto adequado para uma análise, o esforço tem sido bom. Nossas exportações têm crescido mais rapidamente do que a dívida. E, sobretudo, que ela tem sido muito bem administrada. Bem administrada no sentido de evitar acúmulos em certos anos de sua amortização. Bem administrada no sentido de ser perfeitamente

Nossas exportações, apesar de tudo, têm crescido mais do que nossa dívida. E a dívida externa brasileira tem sido bem administrada

conhecida e muito bem divulgada. Esse aspecto aumenta muito a credibilidade do Brasil e a sua possibilidade de uma administração correta e adequada dessa dívida. Quanto aos juros, embora ainda ontem, ou ainda esta semana, o London Interbank of Rates tenha subido acima de 16%, embora também vários bancos tenham subido o “prime rate” para 16,5%, eu continuei a achar que haverá uma tendência de queda. Não será uma tendência de queda contínua, ou de curva sem sobressaltos. Pelo contrário, será uma queda em que prevalecerá a curto prazos pulos para cima ou para baixo bastante voláteis. Mas acredito mesmo que o retardo que houve nas expectativas da queda dessa taxa de juros, agora indicam que ela vai cair proximamente e bastante acentuadamente. Acredito que nos próximos meses ela pos-

sa cair algo entre 2 e 3%. Embora qualquer tipo de previsão seja sempre sujeita à superação de fatos novos, e há uma escola de pensamentos que acha que no terceiro trimestre pode haver um aperto na liquidez geral internacional, que seria um fator que trabalharia contra esta queda. Por outro lado, como a inflação americana já caiu muito, como a recessão está tardando e como os balanços de conta corrente dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão se recuperaram extraordinariamente, eu continuo a acreditar que a retenção das taxas de juros ocorrerá. Quanto aos prazos, eu creio que não deva haver modificação acentuada nem para o seu alongamento nem para o seu encurtamento, por enquanto. Mas isto não é, me parece, o problema principal.

Sendo nosso prazo médio de oito anos. Empréstimos a prazo médio de oito anos.

CB - Existe possibilidade, a médio prazo, do Brasil integrar-se mais com a América Latina nesse esquema de diversificação de exportações e com quais resultados previsíveis?

Marcílio - Essa seria uma evolução natural e desejável. A federação da América Latina incrementando o nosso comércio interindustrial. Consistindo de uma maior integração e um maior aproveitamento de pontos de escala e de algumas vantagens comparativas. Esta concepção, se tomada de um ângulo muito geral, muito dogmático, hoje em dia muito colocada. Certamente essa integração faria muito sentido, faz muito sentido. Os nossos vizinhos da América Latina, no momento, estão passando por problemas econômicos bastante sérios, como é o caso do Chile, do Peru, da Venezuela e México, agravados pela situação política na Argentina. Mas isso deve-se a um transitório, e talvez até mesmo tomando estas dificuldades como um ponto de partida, possa se trabalhar para algo mais duradouro.

CB - E com outros países do Terceiro Mundo? Quais as possibilidades de integrar-se com algumas áreas específicas além da América Latina?

Marcílio - Evidentemente, o outro mercado natural é a África. Não só porque estamos perto do ponto de vista de transporte, com uma boa navegação nós podemos chegar a quase todos os portos da África, até com maior facilidade do que à maioria dos portos sul-americanos, com exceção da Argentina. De modo que, uma vez resolvido esse problema do transporte regular marítimo, com o interesse que os países africanos têm pelos produtos de tecnologia intermediária brasileira - não só os produtos de consumo durável, mas bens de capital ou de serviços de engenharia e consultoria - que são mais baratos e também mais adequados ao estágio de desenvolvimento, acho que nós poderemos realmente atingir uma integração muito interessante. Evidentemente, no caso dos países africanos, com algumas exceções como a Nigéria e a Costa do Marfim, o grande problema que permanece é da capacidade desses países de pagar essas importações. Nós aí teremos que ser financiadores dessas importações.